

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis	3 - 4
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10 - 50

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 4f e 9. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e semestre e do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	2013	2012	Passivo	2013	2012
Circulante	23.391.528	8.581.885	Circulante	5.023.336	1.991.537
Disponibilidades	(Nota 5) 4.425	6.779	Recursos de acéites e emissão de títulos	(Nota 15a) 3.212.592	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 6a) 5.519.242	3.189.889	Recursos de debêntures	3.212.592	-
Aplicações no mercado aberto	5.519.242	3.189.889	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(Nota 16a) 1.062	1.417
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.601.960	5.182.168	FINAME	1.062	1.417
Carteira própria	(Nota 7a) 11.977	750.185	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 177.034	406.959
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 17.589.977	4.431.803	Instrumentos financeiros derivativos	177.034	406.959
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7a) 6	180	Outras obrigações	1.632.648	1.583.161
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9) (1.718)	5.866	Sociais e estatutárias	(Nota 17) 26.057	8.086
Arrendamento a receber - Setor privado	637.612	1.030.859	Fiscais e previdenciárias	(Nota 18a) 528.963	202.694
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(586.681)	-938.669	Credores por antecipação de valor residual	1.062.574	1.332.393
Adiantamentos a fornecedores	2.471	1.041	Diversas	(Nota 19) 15.054	39.988
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-55.120	-87.365	Exigível a longo prazo	23.850.174	26.719.228
Outros créditos	(Nota 10) 259.707	186.762	Recursos de acéites e emissão de títulos	(Nota 15a) 23.190.289	24.538.628
Diversos	259.707	186.762	Recursos de debêntures	23.190.289	24.538.628
Outros valores e bens	(Nota 11) 7.912	10.421	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(Nota 16a) 7.237	13.459
Bens não de uso próprio	3.770	5.824	FINAME	7.237	13.459
Provisões para desvalorizações	(726)	(668)	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 88.285	656.960
Despesas antecipadas	4.868	5.265	Instrumentos financeiros derivativos	88.285	656.960
Realizável a longo prazo	4.478.397	17.274.829	Outras obrigações	564.363	1.510.181
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.904.020	16.639.303	Fiscais e previdenciárias	(Nota 18a) 143.559	470.985
Carteira própria	(Nota 7a) -	30.165	Credores por antecipação de valor residual	418.895	1.039.196
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8a) 3.904.020	16.609.138	Diversas	(Nota 19) 1.909	-
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9) (6.267)	5.323	Patrimônio líquido	1.405.475	1.321.741
Arrendamento a receber - Setor privado	306.932	803.054	Capital		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(287.437)	-731.154	De domiciliados no País	998.800	998.800
Adiantamentos a fornecedores	939	-	Reservas de lucros	406.675	323.016
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(26.721)	-66.577	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(75)
Outros créditos	(Nota 10) 577.597	622.330			
Diversos	577.597	622.330			
Outros valores e bens	(Nota 11) 3.067	7.873			
Bens não de uso próprio	1.463	-			
Provisões para desvalorizações	(282)	-			
Despesas antecipadas	1.886	7.873			
Permanente	2.409.060	4.175.792			
Investimentos	(Nota 12) 5.328	2.371			
Outros investimentos	8.253	3.639			
Provisão para perdas	(2.925)	(1.268)			
Imobilizado de uso	-	-			
Outras imobilizações de uso	186	186			
Depreciações acumuladas	(186)	(186)			
Imobilizado de arrendamento	(Nota 13) 2.388.195	4.163.546			
Bens arrendados	2.851.275	4.421.749			
Superveniência de depreciação	1.764.943	2.895.401			
Depreciações acumuladas	(2.228.023)	(3.153.604)			
Diferido	(Nota 14) 15.537	9.875			
Gastos de organização e expansão	28.093	19.135			
Amortização acumulada	(12.556)	(9.260)			
Total do ativo	30.278.985	30.032.506	Total do passivo	30.278.985	30.032.506

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto o Lucro líquido por ação)

		Exercícios		
		2º Semestre 2013	2013	2012
Receitas da intermediação financeira		2.244.526	4.086.813	3.917.631
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9h)	1.054.537	2.054.650	2.065.967
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 7c)	225.905	376.318	351.915
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8h)	964.084	1.655.845	1.499.749
Despesas da intermediação financeira		(2.107.059)	(3.882.393)	(3.816.083)
Operações de captação no mercado	(Nota 15c)	(1.142.976)	(1.993.531)	(1.965.383)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 16c)	(495)	(916)	(1.302)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9i)	(935.752)	(1.806.152)	(1.684.353)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 9e)	(27.836)	(81.794)	(165.045)
Resultado bruto da intermediação financeira		137.467	204.420	101.548
Outras receitas / (despesas) operacionais		(31.377)	(49.885)	(61.776)
Receitas de prestação de serviços		-	12	80
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 21)	6	57	425
Despesas de pessoal	(Nota 22)	(268)	(720)	(8.847)
Outras despesas administrativas	(Nota 23)	(20.760)	(40.010)	(34.612)
Despesas tributárias	(Nota 18b)	(10.447)	(19.817)	(23.110)
Outras receitas operacionais	(Nota 24)	4.578	20.059	25.213
Outras despesas operacionais	(Nota 25)	(4.486)	(9.466)	(20.925)
Resultado operacional		106.090	154.535	39.772
Resultado não operacional	(Nota 26)	4.565	15.678	17.560
Receitas não operacionais		9.769	25.458	23.457
Despesas não operacionais		(5.204)	(9.780)	(5.897)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro e Participações		110.655	170.213	57.332
Imposto de Renda e Contribuição Social	(Nota 27)	(39.564)	(60.497)	(23.285)
Provisão para Imposto de Renda		(131.770)	(129.789)	(5.510)
Provisão para Contribuição Social		(7.377)	(10.034)	(6.251)
Ativo fiscal diferido		99.583	79.326	(11.524)
Lucro líquido do período		71.091	109.716	34.047
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		139,28	214,96	66,71
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Expansão	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>998.800</u>	<u>25.154</u>	<u>271.901</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.295.855</u>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(75)	-	(75)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	34.047	34.047
Destinações do Lucro líquido:							
Reserva legal	-	1.704	-	-	-	(1.704)	-
Reserva para expansão	-	-	24.257	-	-	(24.257)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(8.086)	(8.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>998.800</u>	<u>26.858</u>	<u>296.158</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>1.321.741</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>1.704</u>	<u>24.257</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>25.886</u>
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20d)	-	-	-	-	75	-	75
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	109.716	109.716
Destinações do Lucro líquido:							
Reserva legal	-	5.486	-	-	-	(5.486)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(26.057)	(26.057)
Reservas especiais	-	-	-	78.173	-	(78.173)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>998.800</u>	<u>32.344</u>	<u>296.158</u>	<u>78.173</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.405.475</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>5.486</u>	<u>-</u>	<u>78.173</u>	<u>75</u>	<u>-</u>	<u>83.734</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>998.800</u>	<u>28.789</u>	<u>296.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.694</u>	<u>1.360.441</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	71.091	71.091
Destinações do Lucro líquido:							
Reserva legal	-	3.555	-	-	-	(3.555)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(26.057)	(26.057)
Reservas especiais	-	-	-	78.173	-	(78.173)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>998.800</u>	<u>32.344</u>	<u>296.158</u>	<u>78.173</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.405.475</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>3.555</u>	<u>-</u>	<u>78.173</u>	<u>-</u>	<u>(36.694)</u>	<u>45.034</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

		2º Semestre	Exercícios	
		2013	2013	2012
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro líquido do período		45.034	83.659	34.047
Ajustes ao Lucro líquido		(250.501)	605.000	1.735.898
Depreciações e amortizações	(Nota 13)	231.780	526.300	888.870
Superveniência de depreciação		(507.731)	-	681.270
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(Nota 9e)	27.836	81.794	165.045
Provisão para perdas com investimento	(Nota 12)	15	1.657	53
Provisão para passivos contingentes	(Nota 31)	(2.640)	(5.109)	44
Resultado não operacional	(Nota 26)	239	358	616
Variações patrimoniais				
Títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(667.111)	(910.572)	801.923
Operações de arrendamento mercantil		(104.872)	(68.485)	(124.132)
Outros créditos		(58.171)	(22.279)	(61.676)
Outros valores e bens		6.851	6.975	25.063
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.070.831	1.864.253	1.108.474
Obrigações por empréstimos e repasses		(3.002)	(6.577)	(9.215)
Outras obrigações		(351.960)	(883.202)	(565.256)
Caixa gerado pelas operações		(312.901)	668.772	2.945.126
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
Títulos disponíveis para venda		27.110	427.538	(10.315)
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		1.093.826	1.727.902	509.567
Alienações no diferido		523.022	23.832	8.624
Aquisição de investimentos		-	(4.614)	-
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento		(395.824)	(463.552)	(243.238)
Aplicações no diferido		(28.229)	(44.793)	(18.737)
Caixa gerado pelas atividades de investimento		1.219.905	1.666.313	245.901
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento				
Dividendos pagos		-	(8.086)	(2.091)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		-	(8.086)	(2.091)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		907.004	2.326.999	3.188.936
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(Nota 5)	4.616.663	3.196.668	7.732
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	(Nota 5)	5.523.667	5.523.667	3.196.668
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		907.004	2.326.999	3.188.936

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas	4.031.359	3.774.939
Intermediação financeira	4.086.813	3.917.631
Prestação de serviços e tarifas bancárias	69	505
Reversão / (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(81.794)	(165.045)
Outras receitas / (despesas)	10.593	4.288
Resultado não operacional (Nota 26)	15.678	17.560
Despesas da intermediação financeira	<u>(3.274.299)</u>	<u>(2.762.168)</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(39.955)</u>	<u>(34.607)</u>
Materiais, energia e outros	(1)	(12)
Serviços de terceiros (Nota 23)	(18)	(21)
Outras	<u>(39.936)</u>	<u>(34.574)</u>
Processamento de dados (Nota 23)	(5.426)	(5.600)
Publicações (Nota 23)	(128)	(184)
Propaganda e publicidade (Nota 23)	(50)	(36)
Serviços do sistema financeiro (Nota 23)	(2.521)	(2.690)
Serviços técnicos especializados (Nota 23)	(8.626)	(9.075)
Outras	<u>(23.185)</u>	<u>(16.989)</u>
Valor adicionado bruto	<u>717.105</u>	<u>978.164</u>
Depreciação e amortização (Nota 9)	<u>(526.300)</u>	<u>(888.870)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	<u>190.805</u>	<u>89.294</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>190.805</u>	<u>89.294</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>190.805</u>	<u>89.294</u>
Pessoal	<u>600</u>	<u>8.448</u>
Remuneração direta (Nota 22)	534	8.302
Benefícios e treinamentos (Nota 22)	23	5
FGTS	43	141
Impostos, taxas e contribuições	<u>80.434</u>	<u>46.794</u>
Municipais (Nota 18b)	1.515	1.861
Estaduais (Nota 18b)	5	4
Federais	78.914	44.929
Remuneração de capitais de terceiros	<u>55</u>	<u>5</u>
Aluguéis (Nota 23)	55	5
Remuneração de capitais próprios	<u>109.716</u>	<u>34.047</u>
Dividendos	26.057	8.086
Lucro do exercício	83.659	25.961

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1 Contexto operacional

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº11.638/2007, complementada pela Lei nº11.941/2009, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN foram:

- Os procedimentos observados no Pronunciamento Estrutural conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), naquilo que não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo Banco Central do Brasil – CPC-00 (R1);
- Os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos – CPC-01 (R1);
- A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – CPC-03 (R2);
- A divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis das informações sobre partes relacionadas – CPC-05 (R1);
- Pagamento baseado em ações – CPC-10 (R1);
- Definição de critérios para seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros – CPC-23;
- Eventos subsequentes – CPC-24; e

- Os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes – CPC-25.

Foi aplicado ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Banco Central do Brasil, conforme determina regulamentação vigente:

- Demonstração do Valor Adicionado – CPC-09.

A aplicação destes, e demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, não gerando impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2014.

3 Gerenciamento de riscos e Capital

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;

- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Políticas, normas, manuais e procedimentos

O processo de gerenciamento de riscos conta com um conjunto de documentos que estabelece as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:

- Políticas Corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidos pelo nível máximo da hierarquia e aplicados para toda a organização, norteando as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
- Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;
- Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas; e
- Manuais de Produtos, Serviços, Sistemas e de Modelagens de Cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.

Estes normativos estão publicados para consulta interna do Conglomerado, no Portal Corporativo (*intranet*), e são revistos e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando há mudanças significativas nos objetivos e estratégias do negócio ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a Resolução nº3.721 do CMN e práticas de mercado:

- Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos, políticas corporativas e normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
- Adequado ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com um fluxo de sistemas desde a admissão, acompanhamento e monitoramento até a reestruturação de crédito;

- Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como a abrangência dos documentos;
- Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
- Critérios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Normas de análise e concessão de crédito;
- Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
- Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o rating dos clientes, as garantias envolvidas, os prazos e os atrasos das operações;
- Classificação e análise de risco País;
- Acompanhamento de concentrações geográficas, setoriais e de grupos econômicos, bem como monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
- Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos derivativos financeiros;
- Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;
- Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
- Estabelecimento de limites de exposição para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado (grupo com interesse econômico comum) e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
- Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perdas;
- Realização de testes de estresse, mensurando o efeito combinado de movimentos adversos em indicadores de atividade econômica, taxas de juros, taxa de câmbio e índices de crédito e estimando impactos financeiros afetando políticas e critérios de crédito;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- Procedimentos documentados de exceções à política.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.

A gestão é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à tesouraria. A principal ferramenta utilizada para a mensuração de riscos de mercado é o VaR (Valor em Risco).

Os princípios básicos que são observados na gestão e controle de riscos de mercado estão em conformidade com a Resolução nº3.464 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não-negociação);
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e pela definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em práticas de mercado;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de risco, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela instituição; e
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco de liquidez estão em conformidade com a Resolução nº4.090 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, compliance e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados; e
- Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

Risco operacional

Risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos ao Conglomerado - inclui o risco legal, porém exclui o risco de estratégia e o risco de reputação.

Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução nº3.380 do CMN e práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos através dos comitês e comissões estabelecidos;
- Mapeamento dos controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;
- Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;

- Estruturação de indicadores de risco operacional para monitoramento contínuo dos riscos priorizados;
- Análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles e mitigação dos riscos incorridos; e
- Cálculo de Capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas práticas de mercado e adequadas em relação às exigências regulatórias.

Gerenciamento do Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital determinadas no documento “Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: uma Estrutura Revisada” (Basileia II), visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme determinado pela Resolução nº3.988 do CMN, a Instituição implementou estrutura de gerenciamento de Capital que contempla os itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias claramente documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração); e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Com relação ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), o Conglomerado implantou a estrutura de governança e os processos necessários previstos na Resolução nº3.988 do CMN e na Circular nº3.547 do BACEN, contemplando a gestão de todos os riscos relevantes e o cálculo da necessidade de Capital.

Adequação do Patrimônio de Referência

A gestão do Patrimônio é executada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Anualmente é elaborado um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações das empresas pertencentes ao Conglomerado, visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios.

Mensalmente após a apuração do PR e do PRE, são divulgados, para as áreas envolvidas, relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e o Índice de Basileia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado foi de 14,3%.

O Índice de Basileia divulgado foi apurado segundo critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente. A partir de 01 de outubro de 2013, passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. A base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01 de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01 de janeiro de 2015. Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01 de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Em atendimento à Circular nº3.477/2009 do Bacen, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri

4 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia, calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- i. Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii. Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- iii. Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “*hedge*” de risco de mercado são realizados para atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou na falta deste, por modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade, utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os instrumentos que não atendam aos critérios de *hedge* tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Administração formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais e consagrados. A Administração deverá avaliar, tanto no início do relacionamento, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual é designado, e se os resultados reais estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme previsto na regulamentação vigente.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

f. Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil são registradas na forma da Portaria MF nº140/1984 e ajustadas por provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, calculadas com base no valor presente da carteira de arrendamento mercantil.

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta)

dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução nº2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação ao valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros créditos - Diversos, e, quando negativos, em Outras obrigações - Diversas, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise sobre passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente ou quando houver indício de redução do valor recuperável.

Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:

- nº7 – Títulos e valores mobiliários;
- nº8 – Instrumentos financeiros derivativos;
- nº9 – Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- nº31 – Ativos e passivos contingentes.

i. Ativo permanente

- i.** Os investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;
- ii.** O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:
 - instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
 - sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
 - sistemas de processamento de dados - 20%.
- iii.** O imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente;
- iv.** O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente; e

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período, o Conglomerado avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Conglomerado testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Intangível

Softwares - Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº3.355/2006 e CMN nº3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Na Companhia é reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajustes de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- i. Ativos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

- ii. Passivos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e
- iii. Obrigações legais** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base “pro rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base “pro rata” dia).

5 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	4.425	6.779
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Operações compromissadas - Posição bancada	(a) 5.519.242	3.189.889
Total	5.523.667	3.196.668

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição em contas patrimoniais

	31/12/2013	31/12/2012
Oper. comprom. - Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.878
Letras do Tesouro Nacional	5.519.242	3.141.011
Total	5.519.242	3.189.889

b. Composição por faixa de vencimento

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/12/2013	5.519.242	-	-	-	-	5.519.242
Operações comprom. – Pos. bancada	5.519.242	-	-	-	-	5.519.242
Em 31/12/2012	3.189.889	-	-	-	-	3.189.889

c. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	361.269	302.768
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	942	300
Total	362.211	303.068

7 Títulos e valores mobiliários

a. Composição por categoria

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho / (Perda) não realizado
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro	10.906	10.916	10	351.968	352.000	32
Total	10.906	10.916	10	351.968	352.000	32
	31/12/2013			31/12/2012		
Títulos disponíveis para venda	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho / (Perda) não realizado
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	239.955	239.869	(86)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	157.272	157.235	(37)
Cotas de Fundos de Investimento	1.067	1.067	-	1.261	1.261	-
Cotas de FIDC	-	-	-	30.165	30.165	-
Total	1.067	1.067	-	428.653	428.530	(123)

Em 31 de dezembro de 2013 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

b. Composição por faixa de vencimento

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Por categoria

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2013	1.067	-	-	10.916	-	11.983
Títulos para negociação	-	-	-	10.916	-	10.916
Títulos disponíveis para venda	1.067	-	-	-	-	1.067
Em 31/12/2012	398.931	-	-	30.165	351.434	780.530

Por carteira

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2013	1.067	-	-	10.916	-	11.983
Carteira própria	1.067	-	-	10.910	-	11.977
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	6	-	6
Em 31/12/2012	398.931	-	-	30.165	351.434	780.530

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>01/01 a 31/12/2013</u>	<u>01/01 a 31/12/2012</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6c)	362.211	303.068
Títulos de renda fixa	11.960	30.576
Aplicações em fundos de investimento	2.169	18.264
Ajustes ao valor de mercado	(22)	7
Total	<u>376.318</u>	<u>351.915</u>

8 Instrumentos financeiros derivativos

Para a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizadas fontes externas na determinação do valor. O valor de mercado dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* registradas na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia, são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

a. Composição em contas patrimoniais

Ativo	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Diferencial a receber de <i>swap</i>	220.794	146.997
<i>Box</i> de opção - Estratégia de renda fixa	<u>21.273.203</u>	<u>20.893.944</u>
Total	<u>21.493.997</u>	<u>21.040.941</u>
Passivo		
Diferencial a pagar de <i>swap</i>	<u>265.319</u>	<u>1.063.919</u>
Total	<u>265.319</u>	<u>1.063.919</u>

b. Composição dos contratos de *swap* por indexador

	<u>31/12/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	<u>Valor original</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor original</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Posição ativa	<u>19.888.758</u>	<u>95.511</u>	<u>220.794</u>	<u>1.982.954</u>	<u>90.550</u>	<u>146.997</u>
DI	19.058.963	5.381	131.849	267.425	162	51
Pré-fixado	829.795	90.130	88.945	1.715.529	90.388	146.946
Posição passiva	<u>4.530.737</u>	<u>(324.264)</u>	<u>(265.319)</u>	<u>23.510.673</u>	<u>(468.585)</u>	<u>(1.063.919)</u>
DI	1.388.607	(98.189)	(23.222)	506.020	(80)	(145)
Pré-fixado	3.142.130	(226.075)	(242.097)	23.004.653	(468.505)	(1.063.774)
Diferencial líquido	<u>15.358.021</u>	<u>(228.753)</u>	<u>(44.525)</u>	<u>(21.527.719)</u>	<u>(378.035)</u>	<u>(916.922)</u>

c. Composição dos contratos de Box de opção - Estratégia de renda fixa

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contratado	Valor de mercado / exposição a risco	Valor contratado	Valor de mercado / exposição a risco
Risco Pré-fixado	<u>40.949.613</u>	<u>21.273.203</u>	<u>19.330.771</u>	<u>20.893.944</u>
Posição ativa				
Compra de <i>Call</i> com limite de alta	8.934.461	9.065.407	6.417.121	7.176.564
Compra de <i>Put</i> com limite de baixa	32.015.152	12.207.796	12.913.650	13.717.380
Risco dólar		<u>-</u>		<u>-</u>
Posição ativa				
Compra de <i>Put</i> com limite de baixa		16.843.020		16.461.075
Posição passiva				
Compra de <i>Call</i> com limite de alta		16.843.020		16.461.075

d. Instrumentos financeiros derivativos segregados por local de negociação e contraparte

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Posição ativa		
Balcão - Instituições financeiras	21.493.997	21.040.941
Total	<u>21.493.997</u>	<u>21.040.941</u>
Posição passiva		
Balcão - Instituições financeiras	265.319	1.063.919
Total	<u>265.319</u>	<u>1.063.919</u>

e. Composição de instrumentos financeiros derivativos utilizados em estratégias de *hedge*

Instrumentos de <i>hedge</i> / <i>Hedge</i> de risco de mercado	31/12/2013	31/12/2012
Passivo	1.003.477	2.036.585
<i>Swap</i>	1.003.477	2.036.585
Itens objeto de <i>hedge</i>		
Ativo	926.200	1.855.782
Operações de arrendamento mercantil	926.200	1.855.782

f. *Hedge* contábil

***Hedge* de Risco de mercado**

Estratégias / Risco	Objeto de <i>hedge</i>			Derivativo	Instrumentos de <i>hedge</i>	
	31/12/2013	Ganho / (Perda) não realizado	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
<i>Hedge</i> de operações de arrendamento mercantil / taxas pré-fixadas	926.200	3.372	1.855.782	<i>Swap</i>	1.003.477	2.036.585

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontrava-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação vigente.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos e dos objetos de *hedge*

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(1.863)	(110.011)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	1.163	111.406
Efeito líquido	(700)	1.395
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	78.856	37
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(88.391)	-
Efeito líquido	(9.535)	37

g. Composição por faixa de vencimento

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2013						
Ativo	74.576	17.515.401	3.902.713	1.307	-	21.493.997
Diferencial de <i>swap</i>	74.576	82.864	62.047	1.307	-	220.794
Box de opção	-	17.432.537	3.840.666	-	-	21.273.203
Passivo	111.972	65.062	88.086	196	3	265.319
Diferencial de <i>swap</i>	111.972	65.062	88.086	196	3	265.319
Em 31/12/2012						
Ativo	600.552	3.831.251	16.602.579	6.559	-	21.040.941
Passivo	102.151	304.808	641.440	14.831	689	1.063.919

h. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	<u>01/01 a 31/12/2013</u>	<u>01/01 a 31/12/2012</u>
Contratos de <i>swap</i>	520.945	(679.956)
Box de opções	1.220.666	2.168.716
Ajustes ao valor de mercado dos itens objeto de <i>hedge</i>	(85.766)	(35.240)
Outros	-	46.229
Total	<u>1.655.845</u>	<u>1.499.749</u>

9 Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade e parcelas vencidas e vincendas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Arrendamentos a receber	944.544	1.833.913
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(874.118)	(1.669.823)
Imobilizado de arrendamento	623.252	1.268.145
Superveniência de depreciação	1.764.943	2.895.401
Diferido de arrendamento	15.537	9.875
Credores por antecipação de valor residual	<u>(1.481.469)</u>	<u>(2.371.589)</u>
Valor presente dos contratos com valor residual	<u>992.689</u>	<u>1.965.922</u>
Parcelas vencidas (a partir de 15 dias)	38.846	86.890
Parcelas vincendas	<u>953.843</u>	<u>1.879.032</u>
Total	<u>992.689</u>	<u>1.965.922</u>

No período, a Instituição registrou resultado com insuficiência de depreciação no montante de R\$ 1.130.458 (R\$ 681.270 em 2012), classificada na Demonstração do Resultado em “Despesas de operações de arrendamento mercantil”.

b. Ajuste a valor de mercado da carteira

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Operações de arrendamento mercantil (a)	992.689	996.061	3.372	1.965.922	2.082.060	89.138
Total	<u>992.689</u>	<u>996.061</u>	<u>3.372</u>	<u>1.965.922</u>	<u>2.082.060</u>	<u>89.138</u>

(a) O ajuste ao valor de mercado das operações de arrendamento mercantil esta apresentado na Nota Explicativa nº 10.

c. Concentração das operações

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dez maiores devedores	145.832	79.558
Cinquenta seguintes maiores devedores	66.818	79.481
Cem seguintes maiores devedores	24.609	34.911
Demais clientes	<u>755.430</u>	<u>1.771.972</u>
Total	<u>992.689</u>	<u>1.965.922</u>

d. Composição das operações por setor de atividade econômica

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoas jurídicas	<u>256.444</u>	<u>247.424</u>
Setor privado		
Indústria	8	20
Comércio	27	62
Serviços	256.409	247.342
Pessoas físicas	<u>736.245</u>	<u>1.718.498</u>
Total	<u>992.689</u>	<u>1.965.922</u>

e. Composição das operações e da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão mínima requerida	31/12/2013			31/12/2012		
		Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Provisão existente	Total das operações	Provisão existente
AA	-	20.692	-	20.692	-	-	-
A	0,5	733.026	-	733.026	3.665	1.569.163	7.846
B	1	-	63.909	63.909	639	94.071	941
C	3	-	51.938	51.938	1.558	88.433	2.653
D	10	-	30.937	30.937	3.094	44.945	4.494
E	30	-	16.054	16.054	4.816	23.802	7.141
F	50	-	10.984	10.984	5.492	19.079	9.539
G	70	-	8.573	8.573	6.001	17.002	11.901
H	100	-	56.576	56.576	56.576	109.427	109.427
Total		753.718	238.971	992.689	81.841	1.965.922	153.942
Percentual sobre Carteira					8,24%		7,83%

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	<u>01/01 a 31/12/2013</u>	<u>01/01 a 31/12/2012</u>
Saldo inicial	153.942	231.240
Constituições / (Reversões)	81.794	165.045
Baixas para prejuízo	(153.895)	(242.343)
Saldo final	<u>81.841</u>	<u>153.942</u>

g. Composição por faixa de vencimento

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2013	674.780	90.755	120.248	25.065	-	910.848
Operações de arrend. mercantil	692.976	127.679	145.632	26.402	-	992.689
Provisão créditos de liq. duvidosa	(18.196)	(36.924)	(25.384)	(1.337)	-	(81.841)
Em 31/12/2012	1.352.629	225.443	231.043	2.824	41	1.811.980

h. Receitas de operações de arrendamento mercantil

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro na alienação de bens arrendados	1.160.486	984.361
Rendas com contraprestação	593.466	752.118
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	16.973	11.170
Rendas com comissão de permanência	104.035	79.192
Outras	179.690	239.126
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>2.054.650</u>	<u>2.065.967</u>

i. Despesas de operações de arrendamento mercantil

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesas com insuficiência de depreciação	(1.130.458)	(681.270)
Depreciação de bens arrendados	(511.001)	(882.524)
Amortização de bens arrendados	(15.299)	(6.346)
Prejuízo na alienação bens arrendados	(4.714)	(5.278)
Outras	(144.680)	(108.935)
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(1.806.152)</u>	<u>(1.684.353)</u>

j. Informações complementares

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Montante de créditos renegociados no período	3.077	2.812
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	16.793	11.170

10 Outros créditos - Diversos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cheques a receber	-	24
Crédito tributário de impostos e contribuições (Nota 27c)	703.394	624.117
Devedores por depósitos em garantia	5.893	6.186
Impostos e contribuições a compensar	123.355	88.534
Impostos e contribuições a recuperar	9	5
Ajuste ao valor de mercado de operações de arrendamento mercantil	3.372	89.138
Outros	1.281	1.088
Total	<u><u>837.304</u></u>	<u><u>809.092</u></u>
Ativo circulante	259.707	186.762
Ativo realizável a longo prazo	577.597	622.330

11 Outros valores e bens

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Outros valores e bens	<u>5.233</u>	<u>5.824</u>
Bens não de uso próprio – Veículos e afins	5.233	5.824
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	<u>(1.008)</u>	<u>(668)</u>
Despesas antecipadas	<u>6.754</u>	<u>13.138</u>
Comissões por intermediação de operações	(a) 5.984	11.561
Despesas de serviços do sistema financeiro	9	8
Despesas de serviços técnicos especializados	-	6
Outras despesas antecipadas	761	1.563
Total	<u><u>10.979</u></u>	<u><u>18.294</u></u>
Ativo circulante	7.912	10.421
Ativo realizável a longo prazo	3.067	7.873

(a) Referem-se ao diferimento dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua originação.

12 Investimentos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Investimentos por incentivos fiscais	8.253	3.639
Provisão para perdas de investimentos por incentivos fiscais	<u>(2.925)</u>	<u>(1.268)</u>
Total	<u><u>5.328</u></u>	<u><u>2.371</u></u>

13 Imobilizado de arrendamento

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Veículos	2.657.300	(2.158.965)	498.335	1.132.597
Aeronaves	4.861	(1.910)	2.951	3.646
Instalações	1.497	(707)	790	1.184
Máquinas e equipamentos	158.974	(52.927)	106.047	106.899
Sistemas de processamento de dados	26.740	(13.056)	13.684	21.842
Móveis	1.903	(458)	1.445	1.977
Bens arrendados	2.851.275	(2.228.023)	623.252	1.268.145
Superveniência de depreciação			1.764.943	2.895.401
Total			<u>2.388.195</u>	<u>4.163.546</u>
			01/01 a	01/01 a
			31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial			4.163.546	5.993.669
Aquisições			463.552	243.238
Alienações			(597.444)	(509.567)
Depreciação			(511.001)	(882.524)
Insuficiência de depreciação			(1.130.458)	(681.270)
Saldo final			<u>2.388.195</u>	<u>4.163.546</u>

14 Diferido

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Perdas em arrendamentos a amortizar	28.093	(12.556)	15.537	9.875
Total	<u>28.093</u>	<u>(12.556)</u>	<u>15.537</u>	<u>9.875</u>

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2013 e 2012

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo inicial	9.875	6.108
Aquisições	44.793	18.737
Alienações	(23.832)	(8.624)
Amortização	(15.299)	(6.346)
Saldo final	15.537	9.875

Em 31 de dezembro de 2013, não foi verificada a existência de ativos relevantes que indique perda de desvalorização.

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

a. Composição em contas patrimoniais

Debêntures	Taxa de atualização	Primeira data da captação	Última data de vencimento	31/12/2013	31/12/2012
Pós-fixado	R\$ 100,00% a 111,00% do DI	06/2006	07/2027	26.402.881	24.538.628
Total				26.402.881	24.538.628

b. Composição por prazo de exigibilidade

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31/12/2013	1.507.939	1.704.653	236.741	-	22.953.548	26.402.881
Debêntures	1.507.939	1.704.653	236.741	-	22.953.548	26.402.881
Em 31/12/2012	-	-	1.505.519	1.580.825	21.452.284	24.538.628

c. Despesas de operações de captação no mercado

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Depósitos interfinanceiros	-	(476)
Debêntures	(1.992.860)	(1.964.907)
Operações compromissadas	(671)	-
Total	(1.993.531)	(1.965.383)

16 Obrigações por repasses

a. Composição em contas patrimoniais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Repasses do País - FINAME		
Pré-fixado	(a) 8.299	14.876
Total	<u>8.299</u>	<u>14.876</u>

(a) Taxa de atualização em 2013: 0,30% a.a. a 9,80% a.a.

b. Composição por prazo de exigibilidade

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2013	93	969	7.237	-	-	8.299
Repasses do País – FINAME	93	969	7.237	-	-	8.299
Em 31/12/2012	265	1.152	9.888	3.571	-	14.876

c. Despesas de operações de empréstimos e repasses

	<u>01/01 a 31/12/2013</u>	<u>01/01 a 31/12/2012</u>
Repasses FINAME	(916)	(1.302)
Total	<u>(916)</u>	<u>(1.302)</u>

17 Outras obrigações – Sociais e estatutárias

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dividendos a pagar	26.057	8.086
Total	<u>26.057</u>	<u>8.086</u>
Passivo circulante	26.057	8.086
Passivo exigível a longo prazo	-	-

18 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

a. Composição em contas patrimoniais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 27d)	442.589	542.351
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	224.820	126.585
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	46	64
Impostos e contribuições sobre salários	7	13
PIS	229	201
COFINS	1.411	1.241
ISS	118	140
Provisão para riscos fiscais (Nota 31)	3.302	3.084
	<u>672.522</u>	<u>673.679</u>
Total		
Passivo circulante	528.963	202.694
Passivo exigível a longo prazo	143.559	470.985

b. Despesas tributárias

	<u>01/01 a 31/12/2013</u>	<u>01/01 a 31/12/2012</u>
ISS	(1.502)	(1.861)
PIS	(2.494)	(2.968)
COFINS	(15.348)	(18.265)
Tributos federais	(15)	(10)
Tributos estaduais	(5)	(4)
Tributos municipais	(13)	-
Outras	(440)	(2)
	<u>(19.817)</u>	<u>(23.110)</u>
Total		

19 Outras obrigações - Diversas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para passivos contingentes (Nota 31)	7.504	9.379
Provisão para despesas de pessoal	10	6.804
Provisão para despesas administrativas	624	845
Acordo comercial	-	3.733
Outras	(a) 8.825	19.227
Total	<u>16.963</u>	<u>39.988</u>
Passivo circulante	15.054	39.988
Passivo exigível a longo prazo	1.909	-

(a) Refere-se, basicamente, aos valores a processar oriundos do fluxo operacional da carteira de arrendamento mercantil.

20 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, é representado por 510.404 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das Reservas de Capital, exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do exercício, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva para expansão”. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal. A Administração propoe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 26.057 (R\$ 8.086 em 2012).

	31/12/2013
Lucro líquido	109.716
Reserva legal	(5.486)
Base de cálculo	104.230
Dividendo mínimo obrigatório	26.057
Valor proposto	26.057
% sobre a base de cálculo	25%

d. Ajustes de valor patrimonial reconhecidos no Patrimônio Líquido no período

	01/01 a 31/12/2013
Saldo inicial	(75)
Títulos disponíveis para venda	123
Efeitos tributários	(48)
Saldo final	-

21 Rendas de tarifas bancárias

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Pessoa física	57	423
Confecção de cadastro	-	3
Aditamentos contratuais	57	418
Avaliação de bens	-	2
Pessoa jurídica	-	2
Confecção de cadastro	-	2
Total	57	425

22 Despesas de pessoal

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Honorários	(534)	(1.074)
Encargos sociais	(163)	(540)
Proventos	-	(7.228)
Treinamento	(23)	(5)
Total	<u>(720)</u>	<u>(8.847)</u>

23 Outras despesas administrativas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Água, energia e gás	(1)	(12)
Aluguéis	(55)	(5)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.958)	(5.735)
Processamento de dados	(5.426)	(5.600)
Publicações	(128)	(184)
Propaganda e publicidade	(50)	(36)
Serviços de terceiros	(18)	(21)
Serviços do sistema financeiro	(2.521)	(2.690)
Serviços técnicos especializados	(8.626)	(9.075)
Impostos e multas de bens arrendados	(12.229)	(8.437)
Outras	(7.998)	(2.817)
Total	<u>(40.010)</u>	<u>(34.612)</u>

24 Outras receitas operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Ressarcimento de custos associados	10.253	19.735
Correção monetária de depósitos judiciais	83	76
Variação monetária ativa	337	39
Recuperação de encargos e despesas	183	-
Reversão de provisão para passivos contingentes	2.152	5.363
Reversão de provisão para participação nos lucros e resultados	6.783	-
Outras	268	-
Total	<u>20.059</u>	<u>25.213</u>

25 Outras despesas operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Custos associados a produção	-	(5)
Provisão para passivos contingentes	(497)	(5.403)
Indenizações cíveis	(7.418)	(14.909)
Outras	(1.551)	(608)
Total	<u>(9.466)</u>	<u>(20.925)</u>

26 Resultado não operacional

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receitas não operacionais	<u>25.458</u>	<u>23.457</u>
Alienação de valores e bens	20.578	23.016
Investimentos por incentivos fiscais	4.614	-
Outras	266	441
Despesas não operacionais	<u>(9.780)</u>	<u>(5.897)</u>
Alienação de valores e bens	(7.499)	(4.787)
Perdas por incentivos fiscais	(1.657)	(53)
Outros	(624)	(1.057)
Total	<u>15.678</u>	<u>17.560</u>

27 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração das despesas de IR e CSLL

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Valores correntes	<u>(239.584)</u>	<u>(126.584)</u>
IR e CSLL no País - Corrente	(224.820)	(126.584)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(14.764)	-
Passivo fiscal diferido	<u>99.761</u>	<u>114.823</u>
Superveniência de depreciação	282.616	170.318
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	34.300	(4.400)
Compensação de superveniência de depreciação	(217.155)	(51.095)
Ativo fiscal diferido	<u>79.326</u>	<u>(11.524)</u>
Prejuízos fiscais - No País	(96.233)	(53.449)
Superveniência de depreciação	217.155	51.095
MTM TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	(38.911)	18.254
Provisão créditos liquidação duvidosa - Carteira própria	(1.040)	(28.648)
Provisões para contingências fiscais / cíveis / trabalhistas	(680)	(155)
Provisões para pagamento de honorários	(83)	133
Outras provisões	(882)	1.246
Total das despesas	<u><u>(60.497)</u></u>	<u><u>(23.285)</u></u>

b. Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes dos tributos e participações	<u>170.213</u>	<u>57.332</u>
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(60.497)</u>	<u>(23.285)</u>
Encargo total do IR (alíquota de 25%) e CSLL (alíquota de 15%)	(68.086)	(22.933)
Encargos sobre receitas não tributáveis	3.541	-
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(3.813)	(3.082)
Incentivos fiscais (PAT, Cultura e outros)	7.828	2.705
Outros valores	33	25

c. Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Total dos créditos tributários ativados	703.394	624.117
Prejuízos fiscais - No País	627.259	723.492
Compensação de superveniência de depreciação	-	(217.155)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	7.767	46.730
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa - Carteira própria	63.963	65.005
Provisões para contingências e Obrigação legal	3.952	4.627
Provisões para pagamento de honorários	50	133
Outras provisões	403	1.285

d. Obrigações fiscais diferidas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Superveniência de depreciação	441.236	723.850
Compensação de superveniência de depreciação	-	(217.155)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	1.353	35.656
Total	<u>442.589</u>	<u>542.351</u>

e. Expectativa de realização do crédito tributário

Os valores indicados a seguir, quanto à expectativa de realização dos créditos tributários, respaldam-se nos critérios utilizados em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2013, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Em 2014	131.186	118.585
Em 2015	55.826	44.826
Em 2016	30.113	21.282
Em 2017	23.286	14.496
A partir de 2018	462.983	138.023
Total	<u>703.394</u>	<u>337.212</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 168.525, correspondente a 118% da respectiva projeção de utilização para o período de 2013, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2012.

Não existem créditos tributários não ativados.

f. Realização e valores nominais de créditos

	01/01 a 31/12/2013	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2014	18%	47%
Em 2015	7%	16%
Em 2016	2%	20%
Em 2017	3%	9%
A partir de 2018	70%	8%

(a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa contempla também o resultado negativo auferido por subsidiária no exterior;

(b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

28 Partes relacionadas

a. Sumário das transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil, e o Conglomerado Industrial Votorantim, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo / (Passivo)		
Disponibilidades		
Banco Votorantim S.A.	419	244
Banco do Brasil S.A.	127	16
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Banco Votorantim S.A.	4.105.029	3.189.889
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo		
Banco Votorantim S.A.	21.493.997	21.040.941
Recursos de aceites e emissão de títulos		
Banco Votorantim S.A.	(24.898.636)	(23.042.927)
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo		
Banco Votorantim S.A.	(265.319)	(1.063.919)
Outras obrigações		
Banco Votorantim S.A.	-	8.086
Outros valores a receber / (pagar)		
Banco Votorantim S.A.	173	357

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2013 e 2012

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receita / (Despesa)		
Resultado com títulos e valores mobiliários		
Banco Votorantim S.A.	362.211	298.554
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Banco Votorantim S.A.	1.741.611	1.488.761
Operações de captações no mercado		
Banco Votorantim S.A.	(1.855.816)	(1.759.378)
Outras despesas administrativas		
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	(10)
Outras despesas operacionais		
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	(5)

b. Remuneração de pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia despendeu o montante de R\$ 697 como remuneração às pessoas chave da Administração.

Honorários	534
Encargos sociais	163
Total	697

29 Valor de mercado

O valor contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros são:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e realizável a longo prazo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.519.242	5.519.242	3.189.889	3.189.889
Títulos e valores mobiliários	11.983	11.983	780.530	780.530
Instrumentos financeiros derivativos	21.493.997	21.493.997	21.040.941	21.040.941
Operações de arrendamento mercantil	914.219	914.219	1.901.119	1.901.119
Passivo				
Circulante e exigível a longo prazo				
Recursos de aceites e emissão de títulos	26.402.881	26.402.881	24.538.628	24.538.628
Obrigações por repasses do País	8.299	8.299	14.876	14.876
Instrumentos financeiros derivativos	265.319	265.319	1.063.919	1.063.919

30 Análise de sensibilidade

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros prefixadas em reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2013:

Cenário I

Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	1.429
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II

Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(39.112)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III

Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(80.913)

Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil, recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2013:

Cenário I

Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	776
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II

Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(20.794)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III

Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(42.102)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano.

A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 31 de dezembro de 2013, para o prazo de um ano é 9,4%. Desse modo, toda a curva é chocada em 2,35% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

31 Ativos e passivos contingentes

a. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Contingências fiscais (Nota 18a)	(a) 3.302	3.084
Contingências cíveis (Nota 19)	(b) 7.504	9.379
Total	<u>10.806</u>	<u>12.463</u>

(a) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

(b) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

b. Movimentação dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

	Demandas fiscais		Demandas cíveis	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo inicial	3.084	1.827	9.379	10.595
Constituições	301	2.301	2.663	3.103
Reversões	(40)	(1.044)	(955)	(4.319)
Atualizações	196	-	-	-
Baixas	(239)	-	(3.583)	-
Saldo final	3.302	3.084	7.504	9.379

c. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco possível

		31/12/2013	31/12/2012
Contingências fiscais	(a)	54.025	89.086
Contingências cíveis	(b)	113	110
Total		54.138	89.196

(a) Referem-se basicamente ao questionamento referente ao ISS, no valor de R\$ 53.085 (R\$ 87.202 em 2012).

(b) Referem-se basicamente a ações indenizatórias cuja natureza são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

d. Depósitos judiciais apresentados em Outros créditos - Diversos

	31/12/2013	31/12/2012
Contingências fiscais	507	1.276
Contingências cíveis	5.386	4.910
Total	5.893	6.186

e. Ativos contingentes

Não existe ativo contingente contabilizado.

32 Eventos subsequentes

Medida Provisória nº 627 (MP 627/13)

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS E COFINS. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.
